

O PROCESSO FORMATIVO DA IDENTIDADE TERRITORIAL CAMPONESA NO ASSENTAMENTO 1º DE JUNHO, TUMIRITINGA/MG - 1993 A 2020.

GILCIMÁRIA FELIX RIBEIRO

gilcimar.felix@unesp.br- Mestranda em Geografia.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da análise territorial realizada no Assentamento 1º de junho. Analisamos o território a partir da auto-organização dos camponeses, buscando compreender como eles vêem esse processo formativo, se compreendem a constituição de sua identidade como sonda a afirmação de seu território. Trazemos a contribuição de Lefebvre que compreende o espaço discutindo a partir da produção do mesmo, sendo ele concebido, percebido e vivido. Compreendendo que a identidade é aquilo que mim representa, que mim identifica. E a partir que se constrói essa identidade, constrói também o território, ou seja, toda identidade é territorial. Trazendo a importância desta análise para compreender a realidade em que os camponeses estão inseridos. Partido dessa análise dentro de uma perspectiva mais ampla do conceito, compreendendo que a produção deste espaço supõe que o espaço é mais que um lugar vazio a ser ocupado, ele é um espaço que contém vida, modos de produção que vai contra o modelo explorador do sistema capitalista. Compreendendo o território a partir das práticas organizativas vivenciadas que possibilita o fortalecimento identidade e territorialidade da comunidade camponesa Sem Terra. Partido desta perspectiva, discutimos o conceito de espaço, território e territorialidade, isso nos permitiu analisar os diferentes processos que influenciam no modo de produção e reprodução deste espaço, compreendendo que o território e o espaço são multidimensionais.

A partir da análise, foi possível compreender os fenômenos sociais e culturais existentes neste território, o que nos levou a uma melhor compreensão do cotidiano das famílias acampadas e depois assentadas, refletindo assim, suas relações vivenciadas e percebidas no dia da comunidade. A pesquisa aponta que a organicidade é referência para as famílias e precisa continuar sendo. O processo formativo precisa ser contínuo no sentido de formação social e política assim, é possível garantir a afirmação e a reafirmação da identidade territorial camponesa Sem Terra. A auto-organização precisa continuar carregando consigo a intencionalidade formativa, e pensar em como as famílias possam buscar a sua auto-sustentação e conseqüentemente, a sustentação do movimento. Entendendo que, por mais que as pessoas veem a importância da organização coletiva, essa organização precisa dar conta de responder as demandas não só coletivas, mas também os anseios individuais da pessoa e/ou da família.

A metodologia empregada nesse trabalho pautou-se na coleta de dados do período de estudo das ocupações até o atual momento no assentamento 1 de junho, revisão bibliográfica,

análise dos dados. Inicialmente, foram levantadas informações de como ocorriam momentos formativos no início do acampamento. Esses dados foram analisados à luz de uma revisão bibliográfica acerca da problemática, para tornar possível a concretização desse trabalho. A nossa pesquisa de campo é do tipo qualitativa do tipo exploratório que permite obter dos participantes uma maior visão da realidade pesquisada, que de acordo com Gil, 2009,

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2009, p. 46).

Nesse sentido, compreendemos que este tipo de pesquisa é adequado ao que nos propomos, tendo em vista que ao realizar uma análise territorial, estamos nos propondo a compreender os diferentes tipos de territórios e de identidade presente neste espaço, compreendendo os vários aspectos da formação desse território e da identidade territorial. Ouvimos os entrevistados(as) para saber como se encontra atualmente o território do assentamento 1º de junho em relação a formação a partir da organicidade. Como acontecem os processos formativos dentro de um acampamento e depois em um assentamento; se eles percebem a organicidade como um processo de formação de sua identidade e fortalecimento da territorialidade camponesa Sem Terra. Observando como são produzidas e reproduzidas as práticas socioespaciais dos sujeitos coletivos do campo, visto que uma das características do MST é a organicidade e a formação, que é a base para a formação do sujeito coletivo e identitários.

Nesta perspectiva, fizemos a nossa entrevista que se utilizou de um questionário com perguntas semiestruturada que tem como características, a utilização de um roteiro previamente elaborado que de acordo com TRIVINOS, 1987

A entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVINOS, 1987. p, 145).

Para as análises dos dados, utilizamos as bases do materialismo histórico dialético, nas categorias luta de classes, totalidade e historicidade que de acordo com Marx, 1994, é nas contradições que se encontram os sinais de mudança porque elas geram tensões e conflitos, sendo estes considerados importantes para a história se mover dialeticamente. Para esse autor, “[...] apenas uma situação histórica em que não existisse mais a distinção entre proprietários e não-

proprietários dos meios de produção, eliminaria a tensão entre capital e trabalho (MARX, 1994, apud MEKSENAS, 1994, p. 62).

Nessa direção, as entrevistas foram realizadas pessoalmente e por áudio. Inicialmente, foi pensado em fazer essas conversas pessoalmente com moradores do assentamento 1º de junho e com eis dirigentes, que participaram do processo de ocupação no período de acampamento. Mas pela questão da COVID19, foi preciso buscar outra alternativa de metodologia. Para alguns, foram enviados o questionário pelo WhatsApp, que gravaram suas respostas em áudio e devolveram pelo WhatsApp. Outros dos grupos não pertencente ao “grupo de risco”, realizei a entrevista pessoalmente. Entrei em contato pelo telefone, - todos os entrevistados são ou já pertenceram a comunidade e, por isso temos relações próximas- expliquei sobre a proposta da pesquisa, logo após enviei as perguntas via WhatsApp e eles, na medida do possível, iam me enviando os áudios para que eu fizesse as transcrições das falas.

Para sistematizar os elementos da identidade territorial camponesa, utilizamos uma amostragem de 20 pessoas divididas da seguinte forma: seis dirigentes atuais, quatro ex-dirigentes (que contribuíram com a formação do assentamento 1º de junho no período de acampamento em 1993) quatro mulheres adultas, quatro homens adultos, dois jovens. O Objetivo é realizar o levantamento, práticas organizativas na formação do território camponês no assentamento 1º de junho no período de 1993 a 2020. Coloco-me como pesquisadora e também sujeito desta pesquisa, expondo e discutindo a minha própria trajetória, entendendo que essa história foi construída por estes vários sujeitos, mas também foi construído a partir da minha própria realidade, prática vivenciada enquanto militante durante toda a construção deste território. As questões levantadas nas entrevistas foram:

Se o entrevistado saberia dizer sobre as práticas de organização coletivas no período de acampamento e depois assentamento; se participou ou participa da organicidade; Se os dirigentes do MST ou outras lideranças participaram do momento da ocupação; se houve cursos de formação para as famílias acampadas. Depois perguntamos sobre a organização coletiva praticada no período de acampamento e como ela contribui para a formação do sujeito coletivo e para o fortalecimento da identidade camponesa; perguntamos também dos desafios da organicidade após a concretização do Assentamento; se existe a continuidade da *organização coletiva*; perguntamos também sobre a identidade Sem Terra e se viam alguma relação com a identidade territorial; se ele saberia dizer dos impactos que a organicidade ou a falta dela poderia trazer as pessoas da comunidade? Como dar continuidade as práticas coletivas comuns; e o entrevistado acredita que a escola possa contribuir com a consolidação ou fortalecimento da identidade Sem Terra e sua territorialidade camponesa e como ela pode contribuir com a organicidade das famílias no Assentamento; quais práticas Socioespaciais são produzidas pelo movimento Sem Terra que possa reforçar as relações solidárias entre as famílias assentadas, o movimento a sociedade; e se enquanto movimento, é possível continuar interferindo no cotidiano das famílias para que a essas praticas de organização coletiva continue no assentamento (INFORMAÇÃO VERBAL).

O MST, desde sua origem vem acumulando experiências formativas que possibilita a construção de novas culturas, novas praticas e novas identidades. A partir que se pensa uma ocupação, é preciso primeiro planejar e se organizar em coletivos. Sem isso, esta ocupação não terá êxito. como diz um dos entrevistados “*não se ocupa uma terra sozinho, é com o outro que eu avanço e ao mesmo tempo possibilito que os demais também avancem*” (J.M,2020) De fato, sem que todos estejamos juntos, unidos e organizados, é impossível que esse objetivo se concretize. A partir que o MST ocupa este espaço, é preciso que todas as famílias compreendam sobre esse novo jeito de se organizar, e as formas de estarem inseridos nesta organicidade. A organicidade é uma das principais ações que garantem, desde a estrutura interna de um acampamento, até a própria estrutura organizacional do movimento como um todo. O acampamento é um dos primeiros contatos concretos de luta, é nele que as famílias terão a oportunidade de estar dentro de um espaço, que é o do enfrentamento, (ao estado, ao grande latifundiário, a policia) de resistência contínua e de luta na defesa de seu direito, o acesso a terra. Depois a luta continua para garantir a concretização da reforma Agrária, que é mais do que ter a terra. A luta segue para conquistar a moradia, a escola, o posto de saúde, a produção etc. E nada disso é possível conquistar, estando desorganizado. A organicidade é mais que uma forma de se organizar, ela é uma construção politizadora do sujeito que participa desse processo. É nessa dialética que se compreende em quais condições sociais estão inseridos e quem são os responsáveis por os colocarem nela. Para uma pessoa que nunca passou por uma ocupação ou organização coletiva, ela provavelmente terá resistência para se inserir em um novo espaço “do novo jeito de fazer”, por isso é importante as formações, a participação nas atividades coletivas, para que essa pessoa possa ir compreendendo qual o seu papel frente aos novos desafios.

Dentro do Movimento tem os setores e/ou os coletivos para contribuírem nas varias finalidades: *Educação, formação, produção, comunicação, cultura etc.* Quando existe uma ocupação, essa equipe quando não vai junto com as famílias a serem acampadas, elas vão logo depois que se concretiza a ocupação. São militantes de outras áreas que o movimento libera para contribuir com a tarefa em questão. No caso da equipe de formação, trabalham com a formação das famílias para que compreendam e se insiram na organicidade interna do acampamento. Trabalhando assim, os princípios de uma boa organização interna à compreender sobre a:

Direção coletiva. Todas as instancias desde a base até a direção nacional deve ser formada como comissões coletivas na forma de colegiado e sem distinção de poder. 2. **Divisão de Tarefas.** Em todas as atividades e instancias deve-se distribuir as tarefas entre o maior número possível de companheiros/as e dar responsabilidade individual pelas tarefas e funções.3. **Disciplina.** Disciplina significa respeitar o que foi decidido no coletivo. E cada companheiro precisa cumprir com suas tarefas e obrigações. 4. **Planejamento.** Todas as atividades a serem desenvolvidas precisam ser planejadas antes, e distribuída as responsabilidades e funções. Dentro do planejamento inclui-se a necessidade de recursos econômicos e humanos, o cronograma das atividades, o controle do desempenho das atividades e a avaliação das atividades. (MST, 2016, p. 30)

Neste novo espaço, o acampamento, o indivíduo precisa se adaptar como sujeito coletivo, para a nova realidade que exige a luta. Para que seu direito e de todo o coletivo se concretize, é preciso estar organizado na forma de trabalho coletivo que exige muita organicidade e formação política para que o novo sujeito social consiga fazer a luta que é constante. *“A ocupação é a primeira experiência com a coletividade, é no contato com a ocupação que é de acordo com Mançano (1998 p.25,33). “[...] uma ação que inaugura uma dimensão do espaço de socialização política, o espaço de luta e resistência[...]”.*

Então, podemos dizer que uma pessoa que participa da experiência de uma ocupação, dos conflitos existentes nela, dá demonstração de identificação enquanto sujeito coletivos e conscientes da realidade vivenciada que lutam pelos seus direitos, dando novos sentidos as suas vidas, agora com uma identidade coletiva. Para Arroyo:

[...] Possibilitar experiências de pertencimento, de pluralidade e de transformações vivenciáveis, como sendo uma espécie de conversão de valores, é de importância vital para a consolidação e renovação do movimento. Mas elas adquirem sentido emancipador, tornam-se força social, na medida em que são constante e criticamente refletidas. O tornar-se consciente da experiência vivida é que supera o voluntarismo disperso e vulnerável. Por isso, momentos de reflexão, formação, avaliação e planejamento da própria ação tomam sentido estratégico tanto para os indivíduos como para os movimentos (ARROYO, 2003, p. 36).

Ao evidenciar essa nova identidade, este o sujeito, permite atitudes reflexivas no decorrer do tempo que somente é possível apreender, na medida em que didaticamente ocorre práxis da luta pela terra e pela reforma Agrária Popular. A organicidade possibilita a formação do sujeito enquanto ser consciente de seu papel dentro do espaço em que esta inserido, a partir dela, forma-se o novo sujeito social que constrói sua nova identidade e fortalece seu território. Com isso, podemos dizer que a identidade é inseparável do território. Quando olhamos a identidade, como ela E se compreendemos que ela tem todas estas dimensões, precisamos apreender qual a leitura de mundo que estes camponeses, na casa dos Sem Terra, fazem a partir da sua organicidade e da sua formação, da sua própria identidade política e o processo de ocupação e reprodução desse novo espaço.

Partido desta perspectiva, precisamos compreender que tipo de espaço e quais suas relações envolvidas, o que nos permitirá analisar os diferentes processos que influenciam no modo de produção e reprodução deste espaço. Precisamos compreender os fenômenos sociais e culturais que levam uma melhor compreensão do cotidiano das famílias acampadas e depois assentadas, refletindo assim, suas relações vivenciadas e percebidas no dia da comunidade. É preciso compreender as questões da formação que envolve o espaço e o território, que segundo Raffestin (1993) é o espaço que possibilita a formação do território, compreendendo que, o “espaço e território não são termos equivalente [...]. É essencial compreender que o espaço é anterior ao território” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender as novas formas de ocupação desse espaço e o processo de (re)produção do mesmo. Como afirma Fernandes, 2009 p.197, “*Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente.*”

Existem variadas formas de ocupação de um espaço e vários sentidos para a sua ocupação. O sistema Capitalista, por exemplo, utiliza o espaço buscando a sua territorialização para assim o dominar. As relações envolvidas neste espaço são de exploração dos trabalhadores e da natureza com o propósito exclusivo de produzir comódites para a exportação e assim gerar cada vez mais lucros. Lefebvre, 2006, vem chamar a atenção ao modo capitalista de ocupar e reproduzir estes espaços, onde que ele é ao mesmo tempo uma forma de produção, mas também de controle, portanto de dominação e de poder.

“[...] no modo de produção atual e na “sociedade em ato” tal como ela é, o espaço tenha assumido, embora de maneira distinta, uma espécie de realidade própria, ao mesmo título e no mesmo processo global que a mercadoria, o dinheiro, o capital. Outras, diante desse paradoxo, procuraram provas. [...] Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder} (LEFEBVRE, 2006, p.50)

Este é o modo capitalista de ser, com seu sistema cruel e desumano, é um espaço vazio e sem vida e que gera a morte de muitos. O Estado, além de conivente, é uma mão que sustenta, ampara com leis e dá subsídio financeiro para que esse sistema avance cada vez mais. A concretização de uma ocupação realizada pelo MST, é uma das formas de ir em contra essa ordem estabelecida. Esta ação do movimento indica a força de um povo organizado que luta contra a propriedade usurpada pelo latifúndio, onde uma parte significativa da sociedade foi privada de seus direitos constitucionais como o direito a terra ao alimento e a moradia... Neste novo espaço, está simbolizado o “novo”, a vida, a reprodução da vida e de um novo jeito. Um “novo jeito” de ocupar e reproduzir este espaço, um modo diferente de produção das relações sociais, criar novas identidades, novos territórios como bem coloca Medeiros, 2009,

O território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. [...] O território pode mesmo ser imaginário e até mesmo sonhado. E, é a partir deste imaginário, deste sonho que sua construção tem início. crise. [...] O território é pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento. (MEDEIROS, 2009, p. 217-218)

O MST olha para a ocupação desse espaço como a materialização da própria vida, o que significa, principalmente, a produção e a reprodução da vida e seus variados modos de produção. Produzem e se reproduzem nesse espaço transformando em novas identidades territoriais. Cada

vez que se organizam, debates questões do dia a dia da comunidade, fazem suas místicas, praticam sua cultura, denunciam a sociedade as injustiças sociais, eles produzem novas relações, novas identidades, novos espaços.

Muitos quando vão para uma ocupação, vão em busca de realizar um sonho, colocam suas expectativas em um movimento que se propõem lutar junto com ele(a) para possibilitar esse sonho.

Mas muitos chegam sem compreender o por quê de estarem nessa situação de negação de direitos, onde que precisam enfrentar o estado, a polícia, muitas das vezes, o preconceito da sociedade, para terem esse direito garantido. A organização do MST com seus variados coletivos, discutem e debatem temáticas que possibilita a pessoa refletir sobre si e a sociedade, sobre a natureza e o meio ambiente, sobre a política, sobre os vários tipos de preconceito e suas superações. Neste sentido, os sujeitos vão se identificando na lula e nos próprios companheiros de luta, vão compreendendo sua classe e qual o seu lugar neste novo espaço e quais as novas possibilidades de mundo são possíveis de se construir. Fernandes, 2009, p.209, afirma que:

O território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, o que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 209).

Quem passa por esse processo formativo tem a oportunidade de aprender novos conceitos e atitudes passando a rever o que chamamos de os “vícios da sociedade”. São atitudes e pensamentos que vão acumulando-se ao longo da vida como o individualismo, a naturalização da competição, do machismo, do preconceito, da violência contra a mulher, a LGBTfobia, como tantos outros que precisa ser desconstruída assim que inicia a vivencia no coletivo. A partir da organicidade e das formações políticas que envolvem os acampados, eles vão desconstruindo esses conceitos e construindo novos. Ela possibilita a formação dos sujeitos que muitas das vezes chega sem nenhuma pratica de convivência em coletivo, a partir dessa formação vão compreendendo por exemplo, a pensar que a situação social em que estão inseridos, não é por “*permissão divina*” e sim, por falta de interesse dos governos que poderiam criar condições para que eles não precisassem estar nesta situação em que se encontram. Essa afirmação podemos constatar com a fala de um dos entrevistados quando coloca a importância da formação trazida pelo movimento desde a base do acampamento que completa;

Houve muita formação... não tinha uma cartilha denominada é esse curso! alguém lia e a gente escutava, prestava atenção, debatia.. era cursos no sentido de trabalho com a horta, novas técnicas de trabalho como plantio, prática de coletivo né.. sobre práticas coletivas, para nós...a gente que veio de fazenda,(*trabalhavam de meeros nas fazendas*) não tinha essas práticas coletivas...eram curso de formação do sujeito coletivo, curso mais de formação política, que é de fundamental importância para você transformar um humano, pra ele entender qual seu papel, seus direitos....as pessoas aprende a ser humano, entender seu papel, qual seu direito ...com esses cursos as pessoas aprendem que tem direito, que tem voz, as pessoas aprende a lutar por seus direitos (J.M, 2020)

Estes sujeitos compreendem seus direitos e luta por ele, além disso compreendem a importância de estarem organizados para conquistar não somente para ele, mas para todos que fazem parte da sua comunidade e, entendemos que esse processo constrói não uma, mas várias identidades e ao mesmo tempo suas *territorialidades*. Fernandes, 2009, p.205, afirma que “As *territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios*”. Compreendemos que o espaço produzido pela organicidade, fornece condições para a construção da nova identidade seja ela coletiva ou individual. A construção dessa territorialidade acontece nesses diferentes espaços em que os sujeitos estão inseridos. Na participação das atividades do coletivo, das formações em que são submetidos, dos trabalhos coletivos, dos mutirões. Assim, na medida em que vão se apropriando destas frentes de atuação dentro da organicidade e na coletividade, as novas identidades são constituídas e criando um novo espaço, um novo território. Para Saquet (2003, p. 79)

A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com seu entorno. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. Assim sendo, a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que se estabelecem todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais produzidas, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas, além de outros aspectos (SAQUET, 2003, p. 79).

O indivíduo se identifica nos elementos representativos destes territórios criando assim a sua territorialidade diferente do estado e do sistema das multinacionais que ocupam o espaço e criam redes de domínio poder, que de acordo com Raffestin, utilizam [...] o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc., é nesta perspectiva de apropriação do espaço para o trabalho[...] e por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Nesse caso, [...] o território é a prisão que os homens constroem para si. (Raffestin, 1993, p.143-144)

Como conceito de identidade territorial, trabalhamos com aquele que coloca o território como ele sendo não somente uma fronteira, uma limitação geográfica, mas como um espaço que produz diferentes relações, culturas e identidades. Constrói e afirmam sua identidade enquanto sujeito coletivo, camponeses, Sem Terra. Através da sua organicidade, do seu modo de produzir, de olhar o meio ambiente e o ser humano e para o próprio território material, vão se fortalecendo e assim, constrói seu território simbólico, o território imaterial. FERNANDES, 2009, p.209 coloca que

O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Pensamos o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder (FERNANDES, 2009, p..211).

Esse território, ele dominada, ele considera como seu e que não vai permitir que outros os retirem dali, pois compreendem que, este território é representado pela sua identidade, pela sua pertença ao lugar, sua cultura que é para os Sem Terra tudo que é criado, “fazemos e sentimos ao produzir nossa existência” (BOGO, 2000, p. 9). A partir que se tem esta compreensão, a identidade irá se estabelecer em uma forte relação com os elementos territoriais, ao longo do processo desse indivíduo. Esta compreensão de território-identidade, foi tratada por Raffestin, 1993:

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN,1993, p. 158-159)

Como vimos no decorrer do texto, o MST coloca a organicidade como algo necessário para o fortalecimento do acampamento e o seguimento do assentamento. A organicidade vai além de um ato organizativo, ela é um ato é formativo. O modelo de organização do movimento é proposital, é preciso construir o novo sujeito que chega ao movimento, que muitas vezes nunca vivenciou tal experiência e que seu mundo era urbanizado, em uma sociedade que prega o individualismo, a competição no novo espaço não cabe esse sujeito, neste espaço tudo precisa ser coletivo. Imaginem 300 famílias de regiões diferentes, culturas e costumes diferentes. Algumas já com experiências com ocupações onde já foram despejadas varias vezes, outras nunca terem tido esta experiência. Se não houver uma forma de organizar, não vão conseguir avançar. O acampamento exige uma organização muito eficiente onde se um fica fora não as coisas não acontecem. Como diz uma outra entrevistada, “é impossível avançar em um acampamento senão houver a organização, sem ela, o acampamento não existe”. (L.R,2020)

No acampamento e depois no assentamento, todos precisam estar inseridos, assim desde muito jovem, todos são estimulados a participarem da organização da comunidade: crianças, jovens e adultos, *porque o trabalho na concepção de sociedade e de educação do MST é um princípio educativo em que o fazer não está separado do saber*. Todos são incluídos nas mais diversas tarefas e atividades desde cedo. Nas entrevistas foram colocado que no período de acampamento para facilitar a organização das famílias, foram criado comissão e grupos de trabalho e resistência. Todos foram inseridos nestes grupos e comissões. As famílias tinham o momento do trabalho na produção de alimentos e depois tinha o momento de estudo. Trabalhavam pela manha e estudavam a tarde. Este estudo era proposto pelo coletivo de formação e educação. Foi desenvolvido um curso de formação com teoria e pratica, onde as questões do trabalho também era temas de estudo. Também eram trabalhados nestes cursos a história do MST, teoria da organização, e história da luta pela terra no vale do rio doce, especialmente no município de Tumiritinga. “*Alguns dirigentes*

da estadual e da nacional estiveram contribuindo conosco neste processo de formação, eu fazia parte do G3, o grupo dos educadores. (M.M.R, 2020). Havia um curral no acampamento e as famílias o transformaram em uma escola transformando as tabuas em bancos e carteiras para facilitar os estudos. Dos quatro 4 grupos de trabalhos, os GTs, três grupos eram para os adultos e um para as crianças de idade até 16 anos. Os grupos de trabalho dos adultos eram com intuito de manter a organicidade e a produção de alimentos. O grupo das crianças era para trabalhar a alfabetização e aprender a lidar com a terra, com a natureza. Um adulto ficava responsável de trabalhar com estas crianças com as diversas atividades pedagógicas, dentro dessas atividades, tinha o trabalho com a horta, onde elas aprendiam a colocar a semente na terra, a compreender sobre o meio ambiente etc. tudo de acordo com a idade. O trabalho que os adultos realizavam com as crianças tinha o papel também de ajudá-las a compreender o lugar que elas estavam, os conflitos existentes naquele meio. Muitas se assustavam com a violência policial, ou com um ataque de pistoleiros, e precisava de trabalhos pedagógicos e até “psicológicos” para ajudar elas a compreender o processo e passar por aquele transtorno da melhor maneira.

As famílias foram divididas nestes grupos por ainda não terem um pedaço de terra individualizado. Então, para possibilitar a produção, dividiram as famílias em 4 grupos. Desses quatro grupos de trabalho de produção (GT)G1;G2; G3 e G4, eram tirados representantes para representar na questão da segurança, de alimentação, saúde, diante desses quatro grupos de trabalho, aí era tirada as pessoas né para representar as reuniões coletivas, as assembleias, discussões internas né como dirigentes, para setores da organização do movimento, tanto Regional quanto estadual. Desses grupos de Trabalho, tirava os representantes do acampamento. Coordenadores dos setores. saúde, alimentação, infra, segurança...etc..também tinha a questão das assembleias, então para facilitar a organização, um grupo trabalhava próximo do outro.No acampamento tinha presença constante de policiais, então, precisava tirar pessoas para a segurança, para ficar na entrada, para avisar sobre alguma possível ameaça, um ataque. (J.M,2020)

De acordo com o nosso entrevistado, os grupos de trabalho tinham sua autonomia, poderiam escolher o que plantar, o que achasse melhor. Mas no período estava em época de arroz e todos os grupos produziram arroz, depois foi inseridos outros alimentos, grãos, verduras etc. Os grupos eram formado por aproximação, era mais fácil os quatro grupos trabalharem próximo uns dos outros e completa que a partir que saiu a compra da terra pela união esses mesmos grupos de trabalho, debateram como seria o loteamento para a construção das casas, se seriam em forma de agrovila ou não, quais espaços seriam destinados para a construção de estruturas para atender o coletivo desse assentamento: A escola, a igreja, o campo, a quadra, a agroindústria etc... *“O loteamento foi pensado a partir de uma discussão coletiva, eles tinham que sair onde não afetasse as nascentes, estradas, preservação e cuidados com que já tinha no assentamento”* (J.M,2020)

A partir que se faz a transição do acampamento para o assentamento, a organicidade deu continuidade, as famílias foram assentadas e os grupos coletivos que existiam no período de acampamento, acabou desembocando em um grupo coletivo, ou seja, em uma cooperativa. Foram

assentadas 81 famílias, destas 39 foram participar do grupo coletivo e 41 preferiram ter seus lotes de produção de forma individualizada. Neste grupo coletivo a terra é coletiva, produz-se juntos e repartem a produção. No grupo individual, produzem de forma familiar, cada uma família em seu lote de produção. Além do grupo coletivo, dividiram as famílias em núcleos de famílias. Dentro da lógica de um assentamento as famílias precisam continuarem organizadas, pois a luta continua para conseguir buscar projetos para a construção das casas, da escola, da construção de estradas tanto de acesso à comunidade, quanto aos lotes de trabalho, são estruturas coletivas que serão necessários para manter as famílias com dignidade dentro do assentamento. Dentro dos núcleos, as famílias debatem os problemas, apontam possíveis soluções e encaminham em assembleias gerais transformadas as sugestões em pautas de reivindicações para serem levadas junto a órgãos e/ou governos locais, estaduais ou federais. Bittencourt, 1999 vem afirmar que [...] o Assentamento é a continuidade da formação do sujeito coletivo, ele é a segunda base social que é organizado seguindo o pressuposto de uma sociedade socialista. Trás ainda que essa dinâmica organizativa envolve um processo de territorialização camponesa[...]. Para cada uma dessas frentes, há um coletivo responsável para a organização das ações e das lutas (BITTENCOURT et al, 1999).

Como foi colocado no decorrer deste trabalho, no período de acampamento todos estavam organizados e essa organicidade deu continuidade no pós-acampamento, ou seja, no assentamento. Além das famílias estarem inseridas na cooperativa e nos núcleos de famílias, a juventude também passou a se organizar em grupo de jovens. Os filhos que antes contribuíam juntamente com os pais, passam a ser protagonistas de se mesmos. As novas lideranças foram se constituindo no processo e assumiram um papel muito importante na organicidade. Eles foram responsáveis pela parte da animação, diálogo e formação da juventude. Eles faziam trabalho de conscientização sobre o meio ambiente, faziam plantio de mudas para reflorestamento tanto das ruas da agrovila, quanto dos morros, *“quando chegamos aqui não tinha arvores, a destruição deixada pelo fazendeiro foi tanta que quando viemos acampar, fomos orientados a trazer nosso fechinho de lenha para poder cozinhar, hoje você consegue ver a diferença da mudança”* (J.M,2020), promoviam concursos de embelezamento das casas, dos quintais, da limpeza das ruas enfrente as casas, os lotes mais reflorestados, as famílias mais participativas e solidarias na comunidade. Faziam uma festa de rua e premiavam as pessoas em diferentes idades com prêmios simbólicos como bonés e bandeiras do MST. A ideia na era incentivar a competição, mas o reconhecimento pela participação das pessoas dentro da comunidade. Esse movimento realizado pela juventude contribuía positivamente para a inserção da juventude na organicidade do assentamento e ao mesmo tempo faziam todos compreenderem a importância da organicidade para a comunidade. Todas essas ações mantinham o assentamento em constante movimento.

A partir desta organicidade, a comunidade teve muitas conquistas dentre elas rede elétrica, água tratada, moradias com alvenarias, igreja, quadra poliesportiva, estradas internas e de acesso a aos lotes de produção. Possui uma escola estadual - *dentro da lei é caracterizada como escola do campo* com turmas do primário, fundamental I e II, ensino médio regular e EJA. O assentamento dispõe de duas comunidades: a Sede (*Agrovila*) e (*Limeira*) nesta última, existe o anexo da escola da Sede que funciona também turmas do fundamental I, II e EJA. Existe um outro assentamento no município que tem um anexo da escola do assentamento lá. Também funcionam turmas do regular ao ensino médio e EJA. A partir das 81 famílias assentadas em 96, se constituíram outras novas, os filhos constituíram novas famílias estamos na terceira geração de jovens, contabiliza-se hoje, em torno de 112 famílias, uma média de 400 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. Em 2021, o Assentamento completara 28 anos de muitas lutas, superação e conquistas. Ressalto que dos 12 aos 17 anos de idade participei do grupo de Jovens e mais tarde, por meio da formação adquirida neste processo, mobilizamos as mulheres do assentamento que resultou na constituição de um grupo de mulheres, denominado “Arte Viva”, é um espaço para pensar não só a questão da renda para as mulheres, mas também debater as questões que envolve o trabalho e seu conceito, sobre o machismo, sobre a autonomia da mulher enquanto protagonista de sua vida. Hoje, adulta e mãe, continuo participando desse grupo de mulheres. Continuamos participando em outras frentes na organização interna da comunidade (Núcleos de base, nos setores de desenvolvimento da comunidade, como setores da educação, de saúde, da cultura, no coletivo da escola, de associações internas, como Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento 1º de Junho (ACOOPAJ em que sou sócia fundadora).

No decorrer dos anos, após a concretização do assentamento, a organicidade foi se perdendo um pouco, algumas famílias se afastaram não de todas, mas de uma boa parte das atividades organizativas na comunidade. Com isso as famílias tem alguns desafios que precisam ser superados para que a formação da identidade territorial camponesa Sem Terra prevaleça. Ao meu ver, se a família não participa, ela também não consegue convencer seu filho que é importante participar. Com isso, temos uma possibilidade de uma nova geração de jovens que não participará ou participará muito pouco, não tão ativamente da organização interna do Assentamento. E essa não participação pode acarretar numa completa desorganicidade, o que pode levar a perda da autonomia territorial da comunidade e conseqüentemente a perda da identidade e sua territorialidade. Ouvindo os entrevistados, foi indagado sobre do porque de algumas famílias não participarem mais da organização, e se essa não participação teria a ver com a falta de formação por parte de muitas que não passaram pelo processo de ocupação.

Tivemos como respostas que, a maioria das famílias das que foram assentadas, continuam participando, e que alguns jovens de até 25 anos e as pessoas que tem idade acima dos 50 anos, estão tendo menos adesão na organicidade. Mas no geral, as famílias estão participando. Mas como

a luta precisa ser feita com todos por que todos serão beneficiados com ela ou prejudicados com a falta dela, é importante e necessário que todos(as) estejam juntos(as). A organicidade, ela exige que você tire tempo para realizar suas tarefas pessoais, da família e disponha um tempo para estar nas atividades do coletivo¹. No período de acampamento, as famílias por não terem um pedaço de terra individualizado, já que ainda estão em luta para serem assentados, todos trabalham de forma coletiva no mesmo pedaço de gleba destinado a produção. O trabalho é revezado com o estudo como citamos no texto acima, o que ocorre é que quando se trabalha em coletivo, a terra é coletiva, a produção é coletiva existe a decisão coletiva para estar nos espaços coletivos ou familiares. E isso já é determinado, cada um(a) sabe os dias e horários para estar nas atividades do coletivo. São dispensados do trabalho na produção por exemplo, para estar participando das atividades coletivas por exemplo, o estudo. Essa era uma decisão tomada em coletivo, as pessoas já sabem de suas tarefas e precisavam estar inseridas nela. A partir que a terra é dividida de forma que a família vá trabalhar na terra não com o coletivo, mas com a mão de obra familiar, acaba que o trabalho aumenta e o tempo para a participação das atividades em conjunto vai ficando em segundo plano. A família compreende a importância e a necessidade de estar inseridas na organicidade, mas muitas das vezes prioriza o seu particular. O que conta para a família que esta em são lote de produção individual é resolver questões momentâneas que envolve seu processo produtivo, questões do dia a dia como o problema da cerca, da capina, da colheita etc. Encontramos aqui uma contradição, as famílias aprendem durante o processo de acampamento, que os problemas se resolvem no coletivo, porém, as essas famílias que estão tentando resolver seus problemas de forma individualizada, não conseguem perceber que a solução pode estar no coletivo. E se pensam assim, provavelmente esta desaprendendo o conceito de coletividade. Outra questão é que mesmo a família conseguindo produzir de forma individualizada, ela precisa comercializar sua produção. Para isso, a estrada precisa estar em boas condições para conseguir fazer o escoamento, precisa ter o mercado que compra sua produção e, tudo isso envolve a comunidade nos espaços organizativos para tentarem achar a saída juntos, pois todos estão com o mesmo objetivo, tirar sua renda da terra e manter-se no território com qualidade de vida.

Nesse sentido é preciso resgatar esse sujeito e inseri-lo novamente na coletividade. Caso contrário, ele vai se perder no caminho e junto vem a perda de sua identidade coletiva. Bogo, 2011, vem trazendo esta questão da qual ele acredita que possa haver acontecido com questão da não afirmação e a descontinuidade desse sujeito enquanto coletivo dentro do Movimento.

[...] Então a identidade do militante começou a ser destruída na medida em que, particularmente, e individualmente cada qual foi achar que, cada qual, no seu íntimo vai dar respostas aos seus problemas particulares e a produtividade, a organização

Tarefas do coletivo referi-se aos momentos em que as pessoas que moram no acampamento ou assentamento precisam estar participando para pensar questões que afetam o dia a dia da comunidade e é na organicidade através das reuniões, assembleias, participação nos núcleos, setores, coletivos, mutirões, associações etc...

política dos movimentos sindical e social que deveria interferir e ser a voz está perdendo força, nós não temos mais conta a prestar pra ninguém, cada qual se vira (BOGO, 2011, p.??)

Por sua vez, o que se tem observado é que a dimensão orgânica do Movimento, ela vai se constituindo na vivência de um acampamento, ou seja, aquela questão que é trazida pelo próprio Movimento de que *“a lona educa”*. Então, é possível afirmar que quanto mais tempo o sujeito passa por esse processo social, mas ele tem a possibilidade de se formar um ser politizado e consciente do seu papel frente a organicidade do Movimento ao qual faz parte. Também existe a possibilidade dos mais “velhos” estarem cansados, afinal, foram muitos anos de luta até a concretização da terra, então quem ficou mais de 10 anos ocupando e sendo despejados, podem estar com menos energia para continuar tão ativamente, pode ser que esperam que a juventude assumo o “bastão”. Sabemos que a organização de forma geral e política absorve bastante as energias do sujeito, afinal a luta é também fora da comunidade, do assentamento. A luta continua junto aos outros, que também estão a margem da sociedade possam ter acesso a terra e a reforma agrária, que as distancias sociais se diminuam, que a saúde, a educação gratuita e de qualidade sejam garantidos a toda sociedade brasileira. E independente do que seja o motivo do afastamento da pessoa da organicidade, o fato é que ela precisa ser continua, sem ela, não é possível outras gerações compreenderem a luta, os problemas, as possíveis soluções deste, estando fora do processo organizativo. Só passando por esse processo organizativo, é possível construir a consciência coletiva e assim, dar continuidade a esse processo formativo para os que virão.

Dentro do assentamento, as famílias realizam mutirões para construção de moradias, cercamento de nascentes, e neste momento esta sendo potencializado os mutirões para ajudar no preparo do solo, no plantio e na colheita. As famílias estão construindo pequenos SAFs agroecológicos nos quintais e se preparando para trabalhar com cestas agroecológicas para atender as famílias urbanas é uma possibilidade concreta da concretização de transformação local e social, sobretudo, tendo como temática o desenvolvimento local e sustentável como norte.

Saque, 2007 vem reafirmar a relação da identidade territorial através das ações coletivas:

[...] a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal (SAQUET, 2007, p 152).

A Investigação sobre os processos formativos para a constituição da identidade territorial, aponta que é esse processo que vincula o sujeito ao seu território e a educação do campo tem contribuições importantes para ajudar na construção dessa identidade territorial. Reconhecendo a existência de um território camponês que esta em constantes conflitos com o modelo de desenvolvimento do território do agronegócio, FERNANDES, 2008, deixa evidente a necessidade

de pensar um projeto de educação que fortaleça este território, o “processo de construção do conhecimento é também um processo de construção de identidades” (FERNANDES, 2008, p.63). Nesse sentido, a Educação do Campo, contribui para a consolidação do território camponês, materializado no espaço como espaço de vida, de trabalho, de lutas. (FERRARI e DA SILVA, 2010, p.3)

Identidade Territorial aqui, compreendendo no sentido que Milton Santos (2002) afirma: O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10 apud MAZZETTO, 2006). Essa noção de território é muito relevante para se pensar a Educação do Campo, na medida em que esse se define como área de pesquisa interdisciplinar, que dá ênfase ao espaço geográfico, a um determinado grupo social e seus territórios. A expressão “do campo” na Educação do Campo relaciona-se às identidades e aos processos históricos vividos pelos grupos sociais no espaço camponês. Os sujeitos da Educação do Campo são os sujeitos do campo, aqueles que vivem e resistem em luta no campo, que lutam pela reforma agrária popular e por melhores condições dignas de trabalho e que este, não seja submetido ao patronato. Os agricultores que resistem a um modelo de agricultura excludente, quilombolas e indígenas em busca da afirmação de seus direitos e identidades, ribeirinhos, vazanteiros, sem-terra, atingidos por barragens; povos do campo, das águas e das florestas. (CALDART, 2004 apud FERRARI e SILVA, 2010).

Para o coletivo nacional de educação do MST, a educação é um instrumento indispensável nesse processo de luta e organicidade com tarefas específicas.

[...] A organização de que fazemos parte está cada vez maior e mais complexa. A luta dos trabalhadores cresce em necessidade e força [...]. A educação precisa assumir as tarefas que lhe cabem neste processo de fortalecimento da nossa organicidade, de clareza do projeto político dos trabalhadores e de construção prática e cotidiana da sociedade da justiça social e da dignidade humana [...] (MST, 2005, p.159-160).

Esta proposta de educação está ligada a um projeto político com uma visão de mundo que tem como objetivo romper com a atual lógica da sociedade capitalista. Nos princípios filosóficos da educação do Movimento Sem Terra, afirmam que a educação é “uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrita de formação de quadros”, essa educação tem a transformação social como horizonte “um processo pedagógico que se assume como político”, uma educação de classe que “não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência revolucionária tanto nos educandos como nos educadores (MST, 2005).

De acordo com o Coletivo Nacional de Educação do MST, a escolar não pode estar separada ou distante da realidade do assentamento, ajudando no avanço da luta. “A escola deve ser essencialmente prática, fornecendo conhecimentos capazes de influenciar no trabalho e na organização da nova vida” (MST, 2005, p.18).

Assim, tendo em vista que o movimento da Reforma Agrária tem como horizonte um projeto de sociedade e de ser humano, a escola tem o objetivo e a função de formar humanos, sujeitos, para construir e fortalecer esse projeto de sociedade que foi construído pela classe trabalhadora do campo com foco no horizonte de uma nova sociedade. Essa que é a base original da Educação do Campo que precisa necessariamente estar presente nessa formação, ser o movimento contra hegemônico que instaurara uma nova racionalidade formativa, baseada na práxis histórica dos sujeitos coletivos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos para nossas considerações finais, após uma análise territorial cuidadosa, podemos confirmar que todos esses métodos organizativos proposto pelo MST, como sendo um processo que forma, que educa, é uma educação não formal, mas que garante a formação do sujeito e a construção de novas identidades e novas territorialidade. Ao contrario de muitos que defendem que a educação ocorre somente na sala de aula, dentre de quatro paredes e sendo orientado por um professor, nos temos a concretização da pratica que as atividades organizativas formam as pessoas não para o mercado como defendem os tecnicistas, mas a formação do sujeito para a vida, para enfrentar os problemas sociais e de sua realidade e através desta organização coletiva. Portanto, afirmamos que a relação dos indivíduos com sua territorialidade, concordando com Haesbaert, 1997, que coloca a:

identidade territorial sobre a perspectiva onde ele parte de um “pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, e que o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT ,1997, p. 172)

Ao buscar modificar essa realidade, o sujeito, afirma sua territorialidade interna, ele materializa nesse desejo e concretiza a luta, Saquet (2003) vem chamar a atenção sobre as variáveis presentes em um território que esta para além das relações político-cultural, mas também, presentes a questão econômica, na auto sustentação deste sujeito em seu território. Afirmando que o:

território é constituído de relações sociais e (i)materialidade. Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes as relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização.

Concordamos com esse autor que essas relações territoriais se fortalecem na medida em que existem condições concretas para que esse sujeito consiga se manter financeiramente neste território. A relação com o financeiro nada tem a ver com o modelo capitalista de pensar, e sim, ter em seu território condições de produzir alimento, usando as tecnologias para melhorar a produção e dela poder viver com condições dignas no campo. Para além de pensar a sua produção para se manter no campo, esses camponeses contraem relações de respeito com o outro e sobretudo, respeitando a relação homem natureza. Atualmente a direção estadual e regional tem se discutido e debatido as questões da organicidade no movimento como todo. Muitos jovens, pais, ex-lideranças que estavam fora do processo organizativo, estão sendo convidados pelo setor de educação a participar de cursos formativos. Após a conclusão da formação são convocados a assumir tarefas organizativas internamente e no movimento como um todo. Esta “retomada” com a produção esta sendo puxada pelo eixo da produção através do setor de produção e do núcleo de agroecologia. Voltaram os debates de alguns projetos antes “esquecidos” estão sendo “revividos”. Neste sentido, percebe-se uma movimentação maior de muitos que não estava vendo na organicidade motivos para estarem nela, estão olhando para ela com algo necessário a sua sobrevivência e fortalecimento do seu território camponês e Sem Terra.

O que percebemos com esta investigação sobre o território, não é uma conclusão é uma percepção, é que parece que as questões da organicidade como processo que forma o sujeito coletivo, e depois o momento em que a pessoa perde esta identidade coletiva é que talvez, este afastamento da organicidade interna ou externa do Movimento, ela pode esta ligado a uma real necessidade em atender as dificuldades individuais. Entendendo que, por mais que as pessoas veem a importância da organização coletiva, essa organização precisa dar conta de responder as demandas não só coletivas, mas também os anseios individuais da pessoa e/ou da família.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel G. *Pedagogias em Movimento*: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p.28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 12 jan.2020.

BOGO, Ademar. *Identidade e Luta de Classes*. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOGO, Ademar. *O MST e a Cultura*. Gráfica e Editora Peres Ltda. SP, 2000.

CALDART, R. S. *Princípios da Educação no MST*. São Paulo: MST, 1996.p.06-10

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). *Territórios e Territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, B. M. Gênese e desenvolvimento do MST. São Paulo: MST, 1998.
- FERRARI, Clara Teixeira; DA SILVA, Lourdes Helena. **Territórios e Educação do Campo: um diálogo interdisciplinar**. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais eletrônicos do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Disponível em www.agb.org.br/evento/download.php?idtrabalho=3605 Acesso em dezembro 2019
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- MAKSENAS, Paulo. Karl Marx. In: **sociedade, filosofia e educação**. São Paulo: Loyola, 1994 p.64.
- MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. “**Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**”. 2006. 292 p. Tese (Doutorado em ordenamento Territorial e Ambiental) Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2006. Disponível em http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3492 Acesso em 12/2019
- MEDEIROS. Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MST. **Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST**. Caderno de Formação nº 40: MST, 2016, p.30
- MST. **A organicidade e o Planejamento, construindo coletivamente**. Cartilha de Estudo, n. 7, set. 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/ RS: EST Edições, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Expressão popular, 2009.
- TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais** : A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo Editora ATLAS S.A. 1987